

Juntos na construção da Psicologia

Conheça os grupos
de trabalho, frentes
e comissões em que
o XVI Plenário do
CFP atua

pág. 3

**Fala,
psicólogo@!**

pág. 8

**O que é Psicologia
do Esporte?**

pág. 10

**Memórias
da Psicologia**

pág. 17



Bem-vindo (a)!

Olá, psicólogo(a)!

O Jornal do Federal alcança sua 109ª edição com uma nova proposta editorial e gráfica. As inovações em sua forma e conteúdo se baseiam em uma pesquisa quantitativa que apontou que parte expressiva da categoria vinha se desinteressando por este veículo de comunicação. Os motivos eram variados, mas fundamentalmente, porque o caráter dinâmico da Internet transformou o tipo de demanda por notícias impressas, apontando para a necessidade de apresentarmos um meio que se destine a aprofundar de forma mais analítica seu conteúdo noticioso - além de proporcionar maior interação com a categoria e apresentar materiais formativos sobre a Psicologia como ciência e profissão.

Por isso, esta edição do Jornal chega até você com muitas novidades.

A seção “Fala, psicólogo@!” inova ao abrir espaço para que o (a) profis-

sional possa contar, à sua própria maneira, sobre sua rotina de trabalho, seu fazer profissional cotidiano, suas perspectivas e críticas relativas à Psicologia a partir de seu local de atuação. A ideia é que, a cada edição do Jornal do Federal, um(a) profissional de cada região do Brasil seja sorteado(a) para falar sobre sua realidade - como aconteceu com a psicóloga Thahyana Lima, que atua no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Referência da Assistência Social do município de Jaguaruana (Ceará).

Em “Memórias da Psicologia”, a história do nosso campo como ciência e profissão será contada por capítulos, a cada edição, desde seus primórdios até os dias de hoje. O primeiro relata a Psicologia desde o final do século XIX até meados dos anos 1940, ainda antes do período de industrialização do Brasil.

Em ano de realização da Copa do Mundo (e a um ano dos Jogos Olímpicos

no Brasil), a psicóloga Luciana Angelo explica, em uma entrevista, a trajetória, as atribuições e os benefícios da Psicologia do Esporte para a sociedade.

Apresentamos, também, as ações que o Conselho vem desempenhando no sentido de contribuir com o fortalecimento institucional da categoria: a luta pelas 30 horas semanais no Congresso Nacional, a atualização da Tabela de Honorários e o impedimento do andamento do projeto conhecido como Novo Ato Médico são alguns dos temas prioritários de atuação em defesa da Psicologia no Brasil.

O compromisso com a transparência se materializa na seção que apresenta medidas administrativas importantes, tomadas recentemente com vistas à racionalização dos gastos e o controle austero das despesas, como sinal de respeito às psicólogas e psicólogos brasileiros que se esforçam para manter

em dia o pagamento das anuidades em seus Conselhos Regionais.

“CFP em Ação” traz um panorama da representatividade do Conselho em mais de 80 instâncias, internas e externas, em áreas como direitos humanos, saúde, segurança pública, formação, ética, exercício profissional e defesa da categoria. A cada número do Jornal do Federal, serão apresentadas as iniciativas relacionadas aos muitos conselhos, fóruns e comissões dos quais o CFP participa e constrói cotidianamente.

Queremos que você seja o principal colaborador do Jornal do Federal. Assim, uma enquete no site do Conselho já está no ar para que possamos receber, de todos (as) os (as) psicólogos (as), as contribuições para seguirmos aprimorando este importante instrumento de comunicação de nossa categoria.

Boa leitura!



Ano XXV, nº 109 - Novembro 2014

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B,
Ed. Via Office, Térreo, sala 104
CEP: 70.070-600 - Brasília/DF Brasil
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150
www.cfp.org.br

f /conselhofederaldepsicologia
@cfp_psicologia

DIRETORIA

Mariza Monteiro Borges
Presidente

Rogério de Oliveira Silva
Vice-presidente

Maria da Graça Corrêa Jacques
Secretária

Sergio Luis Braghini
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Dorotéia Albuquerque de Cristo
Secretária Região Norte

Inara Barbosa Leão
Secretária Região Centro-Oeste

João Baptista Fortes de Oliveira
Secretário Região Sul

Meire Nunes Viana
Secretária Região Nordeste

Lurdes Perez Oberg
Secretária Região Sudeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Nádia Maria Dourado Rocha
Rosano Freire Carualho

CONSELHEIROS SUPLENTE

Eliandro Rômulo Cruz Araújo
Jacqueline de Oliveira Moreira

Silvana Carneiro Maciel
Viviane Moura de Azevedo Ribeiro

João Carlos Alchieri
Suplente Região Nordeste

Madge Porto Cruz
Suplente Região Norte

Roberto Moraes Cruz
Suplente Região Sul

Sandra Luzia de Souza Alencar

Suplente Região Sudeste

Vera Lucia Morcelli

Suplente Região Centro-Oeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS SUPLENTE

Maria Augusta Rondas Speller
Jefferson de Souza Bernardes

COLETIVO AMPLIADO

Ana Maria Jacó-Vilela
Memória da Psicologia

Bárbara de Souza Conte
Psicoterapia

Carla Andréa Ribeiro
Assistência Social

Loiua de Boni
Álcool e Drogas

Luciana Ferreira Ângelo
Psicologia do Esporte e da Atividade Física

Marco Aurélio Máximo Prado
Direitos Humanos

Raquel Guzzo
Educação e Assistência Social

Rodrigo Torres Oliveira
Psicologia Jurídica

Silvia Koller
Relações com a BVS-PSI

Tânia Grigolo
Saúde Mental

Vera Paiua
Direitos Humanos

COORDENADOR GERAL

José Carlos de Paula

GERENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Maria Goes de Mello

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Goes de Mello - MTB 9088

REPORTAGEM

André Martins de Almeida
Maria Goes de Mello
Raquel de Lima Marques Alues

APOIO TÉCNICO

Ana Clara de Medeiros Araújo
Marcos Cavalcante Nobre
Pablo Emilio de Mattos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mark Florest



Um Conselho, muitas lutas

Conheça os grupos de trabalho, frentes e comissões em que o XVI Plenário do CFP atua

A formação, o exercício profissional, o respeito à pluralidade da Psicologia e a defesa incondicional dos Direitos Humanos têm sido a tônica da atuação do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Para isso, o XVI Plenário do CFP vem priorizando ações para a melhoria das condições de trabalho, organização, formação e valorização da categoria, sempre pautado pelo diálogo permanente com a sociedade.

A agenda de atividades da autarquia contém, ainda, um conjunto de temas relativos a questões da sociedade brasileira, como saúde, assistência social, segurança, justiça e promoção de direitos, direitos humanos e cidadania, educação, diversidade, trabalho e organizações. As atividades contemplam a participação e o posicionamento do CFP construídos coletivamente por meio de deliberações em plenárias e encontros da Assembleia de Políticas da Administração e das Finanças (APAF) nos temas da vida brasileira.

Exercício profissional e a defesa da categoria

A agenda sobre o exercício profissional do CFP agrupa um conjunto de temas voltados ao desenvolvimento dos aspectos ligados desde a formação do (a) psicólogo (a) até as reais condições de trabalho, com seus impactos no compromisso ético, na defesa incondicional dos direitos humanos e na pluralidade da Psicologia.

Pela melhoria das condições de trabalho, a autarquia tem aprimorado as relações junto aos sindicatos e entidades representativas da categoria e de outras profissões, além de articulação junto ao Congresso Nacional, aos gestores públicos e ao Sistema Conselhos. Neste ano, abriu, em parceria a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), a consulta pública sobre a Tabela de Honorários (documento de referência nacional de valores de honorários cobrados por serviços da categoria) e acompanha na Casa Legislativa os projetos de lei relacionados ao piso salarial.



Dentre as ações desenvolvidas pela autarquia estão também a gestão de projetos por meio de editais, a capacitação dos CRPs, a reestruturação administrativa da autarquia, o aprimoramento da qualidade dos dados do Cadastro Nacional de Psicólogos (as) e o diálogo com os profissionais de todas as áreas da Psicologia. “Quando nós formamos esta gestão, a nossa preocupação principal foi dar voz à diversidade da psicologia brasileira. Essa preocupação se efetivou na formação da diretoria e do Plenário, para que pudessemos ouvir a todas as psicologias que temos no Brasil”, explica a Secretária da gestão 2013/2016 do CFP, Maria da Graça Jacques.

De acordo com a conselheira, o CFP quer aprimorar o diálogo também por meio da busca da transparência das ações da entidade. Pela primeira vez, a autarquia realizará editais para o direcionamento de seus recursos. “Estamos buscando a transparência e a participação. Vamos criar editais e abrir para todas as entidades que tiverem interesse em participar, o que irá permitir que todas as entidades tenham clareza para saber quais os critérios do CFP para seus apoios”.

Para ouvir melhor as demandas, o CFP tem como meta desenvolver um Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia. Trata-se de uma plataforma digital que possibilitará a consulta e

orientação aos profissionais. Ela disponibilizará documentos de referências como resoluções, orientações técnicas, manuais, textos, vídeos, palestras e cursos. Poderão ser acessados também esclarecimentos e espaços para sanar as dúvidas mais frequentes da categoria sobre documentos emitidos por psicólogos. Além disso, contará com espaços interativos onde os (as) psicólogos (as) poderão participar de fóruns, enquetes, pesquisas e outros canais diretos com o CFP. “Será um espaço de diálogo direto com a categoria onde, por exemplo, poderemos realizar levantamentos sobre as condições de trabalho dos profissionais em diferentes espaços de atuação”, explica Mariza Borges, presidente do CFP.

Formação

A formação científica e profissional da Psicologia é também prioridade do CFP, que tem trabalhado para a revisão dos processos e requisitos necessários para a obtenção do título de especialista, bem como para a avaliação de cursos de graduação em Psicologia junto ao Ministério da Educação.

O CFP iniciou, ainda, uma parceria junto ao MEC para a avaliação dos cursos de formação e graduação, e irá participar da avaliação, autorização, reconhecimentos e renovações de cursos. “Isso para nós é muito importante, mas o Conselho não pode fazer isso sozinho. Precisa dos CRPs, da ABEP e dos cursos de graduação para isso”, explica o conselheiro Jefferson Bernardes. Segundo ele, o CFP tem buscado um reposicionamento para promover o diálogo sobre a formação em Psicologia com toda a sociedade brasileira e, especificamente, junto aos cursos que demandam as formações. A proposta é realizar encontros e debates para o diálogo e parcerias com os CFPs e a ABEP e com cursos de graduação e pós-graduação.

“No Conselho Nacional de Educação há um projeto do Conselho de tentar regular as especializações no país. Dessa maneira, o CFP busca soluções conjuntas para qualificar ao máximo a especialização em psicologia para uma melhor formação para o(a) psicólogo(a). E quando falamos em formação estamos falando em uma formação crítica, histórica, contextualizada, que leve em conta compromissos sociais para com a sociedade brasileira e que fale e que trabalhe de forma direcionada para as necessidades das diversas populações que compõem esse país”, explica.

Orientação e ética

A Secretaria de Orientação e Ética promove a revisão das normativas de orientação e fiscalização e instrumentaliza os conselheiros e fiscais para sua atuação. “Temos um papel de dialogar



tanto com os regionais quanto com os psicólogos no Brasil para o fortalecimento da profissão junto à sociedade. Para tanto, trabalhamos em conjunto com a CDH”, explica a conselheira do CFP Dorotéia Albuquerque de Cristo. Nesta gestão, teve início a implementação do procedimento de conciliação no Sistema Conselhos de Psicologia: “A ideia é que o número de representações que chegam aos Regionais não sejam todas transformadas em processos, para evitar o excesso de processos”, explica.

Congresso

No Congresso Nacional, em Brasília, a equipe do CFP acompanha as pautas de interesse da categoria, como o PL das 30 horas (PL 3338/08), que altera a carga horária dos profissionais psicólogos para 30 horas; o PL 5440/2009, que dispõe sobre o piso salarial dos profissionais de psicologia; o PL 3688/2000, que dispõe sobre a introdução de assistente social e psicólogo

no quadro de profissionais de educação nas escolas e o PL7200/2010, que trata da ampliação da participação dos profissionais da saúde na perícia da previdência social, entre outros temas.

Saúde

Dentre as ações na área de saúde, destacam-se a luta contra a privatização da saúde e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), dos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Política de Aten-

ção Integral ao Usuário de Álcool e Outras Drogas, com garantia da humanização do cuidado. Para isso, a autarquia tem representatividade e acompanha o Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), além de realizar atividades em conjunto com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) para o debate e o compartilhamento de informações. Além disso, o CFP acompanha as atividades do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CO-NAD/Ministério da Justiça, bem como suas comissões e grupos de trabalho.

A equipe do CFP tem buscado uma aproximação com os profissionais da Psicologia inseridos na rede pública de saúde, em especial os que trabalham nas Comunidades Terapêuticas e na Luta Antimanicomial - com a aproximação com diferentes interlocutores que atuam no campo. Segundo Loiva Maria De Boni Santos, membro do Coletivo Ampliado do CFP, a proposta é que seja ampliado o número de interlocutores e parceiros na sociedade no próximo período.

A entidade entende que devem ser construídas alternativas para o modelo manicomial, estimulando a prevenção e a promoção da saúde e da cidadania a partir de novos dispositivos de atenção, inclusive aos usuários de saúde mental em conflito com a lei. “A Comissão de Saúde está se reunindo para fazer, dentro da agenda de 2015, uma discussão da saúde mental em defesa da Reforma Psiquiátrica. Além disso, outra novidade é que o tema de álcool e outras drogas está sendo construído em agenda conjunta com a Comissão dos Direitos Humanos (CDH) do CFP”, explica Santos.

Em relação ao tema Saúde Suplementar, ela explica ainda que a autarquia considera que a Saúde Suplementar obtenha o mesmo tipo de atenção oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS): “Necessitamos de um olhar integral, um trabalho interdisciplinar e a superação da lógica de que profissões podem ser superiores umas às outras.

“

...estamos falando em uma formação crítica, histórica, contextualizada, que leve em conta compromissos sociais para com a sociedade brasileira”

Quando trabalhamos na lógica do fortalecimento do Estado na política pública de saúde, buscamos a não precarização da saúde e a garantia dos direitos à saúde dos usuários”.

Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos atua em conjunto com os Grupos de Trabalho relacionados às políticas de Saúde e de Segurança, Justiça e Promoção de Direitos: “Nós tivemos várias reuniões da Comissão para debater a situação das políticas do enfrentamento do uso e abuso de drogas e consideramos uma possibilidade futura de diligência em manicômios como parte das ações. Mas para o próximo tema a ser enfrentado, das comunidades terapêuticas, temos que preparar os consensos nas áreas que envolvam de novo um debate com as diversas perspectivas, e também convocar os CRPS para debater”, diz Vera Paiva, coordenadora da CDH da autarquia.

Baseado na luta pela garantia dos direitos humanos e por uma sociedade mais inclusiva, o CFP encampa questões com interface na Psicologia em relação à segurança pública, justiça e à promoção de direitos. Para isso, tem proposto debates, discussões, articulações e ações em torno dos eixos sistema penal, criança e adolescente, família e juizados especiais e saúde mental.

“A autarquia intenciona problematizar o instituto da medida de segurança e o mito da periculosidade enquanto ideologia que impulsiona e mantém práticas punitivas e segregatórias, objetivando evidenciar as condições para o cumprimento da medida de segurança e a manutenção, indeterminada, da periculosidade dos sujeitos portadores de sofrimento mental em conflito com a lei”, explica Rodrigo Torres Oliveira, membro do Coletivo Ampliado. O CFP tem dialogado com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Ministério Público (MP) para articular ações de inspeção, avaliação aos manicômios, hospitais de custódia.

A defesa da infância e da juventude também é prioridade da autarquia, que atua pela aplicabilidade integral do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. “Em 2015 o ECA faz 25 anos, uma oportunidade para que a categoria e a sociedade promovam ações e debates sobre o Estatuto, a proteção integral, as medidas e o atendimento socioeducativo - crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos”, aponta Oliveira.

Na Comissão Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o CFP faz parte da comissão organizadora da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA), que será realizada em 2015, em Brasília. “Uma particularidade deste processo é que representantes de adolescentes de todo o Brasil estão na organização da 10ª CNDCA. Antes eles apenas participavam das Conferências, mas não estavam na Comissão Organizadora. Agora estão”, explica Esther Arantes, representante da autarquia no Conselho.

O CFP tem dado prioridade, ainda, à garantia dos direitos nos diferentes processos judiciais, através da ampliação do debate sobre a escuta de crianças e adolescentes, evitando sua vitimização,

e participou no Conanda da aprovação de minuta de resolução acerca da proteção dos mesmos nos processos de escuta no Sistema de Garantia de Direitos. A atuação do CFP no Conanda também faz frente à redução da maioridade penal.

Mulheres

O CFP trabalha para a garantia dos direitos fundamentais da população feminina, defendendo os direitos sexuais reprodutivos das mulheres, e buscando a promoção de debates sobre sua inserção no mundo do trabalho, na educação, nos espaços de poder. “O Conselho tem grande responsabilidade sobre a questão dos direitos das mulheres, principalmente quando temos uma maioria majoritariamente feminina (89% dos profissionais da Psicologia são mulheres). Por serem cuidadoras, as mulheres estão à frente da procura pelo atendimento psicológico e pelos serviços de saúde”, explica Madge Porto, que representa o CFP no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), onde a autarquia tem cargo de suplência. Ela

lembra que o CFP discute também as condições da tripla jornada de trabalho das mulheres, inclusive das próprias psicólogas.

Transversalidade

A ampliação do debate sobre o esporte como valor social e como um direito fundamental de todos e pelos direitos das pessoas com deficiência, além de ações voltadas para a igualdade racial, defesa da Universalização do Acesso à Educação e a democratização das comunicações, por exemplo, são temas em que o CFP tem tido o acompanhamento transversal da Comissão de Direitos Humanos. O arcabouço de ações envolve ainda o enfrentamento à tortura e violência, à homofobia e defesa da laicidade, atenção a populações específicas e comunidades tradicionais. A autarquia tem representatividade na Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) da Presidência da República (foto), desenvolvendo atividades de incentivo à reflexão sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia.



Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) da Presidência da República, recém-eleita

Conselho se mobiliza no Congresso Nacional

Pressão e articulação nas casas legislativas visam fortalecimento da categoria

Os (as) profissionais psicólogos (as) comemoraram, em julho, mais um passo histórico de uma conquista esperada há anos: a redução da jornada de trabalho para 30 horas, sem redução salarial. O Projeto de Lei nº 3338, de 2008, foi aprovado no dia 15 daquele mês pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJC), e agora aguarda o prazo regulamentar da Casa Legislativa de cinco sessões plenárias para que seja sancionado pela presidenta Dilma Rousseff (veja abaixo).

A aprovação é fruto de intensa articulação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), dos Conselhos Regionais e sindicatos junto ao Congresso Nacional. Além do trabalho junto aos parlamentares, as entidades lançaram campanhas de mobilização pela aprovação do projeto em todo o país.

A categoria considera que a redução da jornada de trabalho é coerente com as demandas dos profissionais do setor da saúde, tendo sido uma das resoluções da 14ª Conferência Nacional de Saúde e sendo uma das demandas da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. Para o CFP, a redução da carga horária aumentará a qualificação dos serviços à comunidade e trará mais qualidade de vida aos profissionais. “A aprovação é um reconhecimento da importância da contribuição do (a) psicólogo (a) para o campo da saúde. Além de tudo, é uma questão de isonomia e coerência, visto que os serviços de saúde são multidisciplinares, integrais e contam com a presença do (a) psicólogo (a)”, destaca a presidente do CFP, Mariza Borges. Na área da saúde, várias categorias já conquistaram a redução da jornada: os médicos trabalham no máximo 20 horas semanais, os terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, 30 horas, e os radiologistas, 24 horas semanais.

Atualmente, a jornada dos (as) psicólogos (as) se remete à Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que dispõe



Representantes do CFP na sessão da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça da Câmara, em julho.

de 44 horas semanais, e para os trabalhadores públicos não celetistas, 40 horas. A longa jornada é considerada inadequada pela categoria, frente às demandas específicas que um profissional da psicologia enfrenta. Em seu dia a dia lida, lidam com uma ampla variedade de questões emocionais – como diferentes ordens de estresse, ansiedades, luto, morte, depressão, agressividade, compulsões, transtornos, dificuldades de aprendizagem e outros conteúdos considerados substancialmente difíceis.

Segundo Borges, a qualidade do atendimento aos pacientes passa necessariamente pela carga de trabalho à qual está submetido o (a) profissional psicólogo (a), que se estende para além das habituais 40 horas. “Fora do con-

sultório, ou ambiente de trabalho, é preciso pensar e estudar os casos atendidos, pensar em projetos de intervenção, realizar supervisão profissional sempre que necessário, fazer gestão e atualização dos registros, sem contar os desafios da constante atualização e desenvolvimento profissional. Essas atividades realizam-se no período extra-jornada, o que gera desgaste físico e emocional ao psicólogo (a)”, explica.

Andamento do Projeto

O PL 3338/2008 foi aprovado na CCJC e deve aguardar o prazo mínimo de cinco sessões da plenária da Casa Legislativa para eventuais manifestações de parlamentares. Após esse

período, se não forem apresentados requerimentos, o PL segue para a sanção presidencial. Até o fechamento desta edição, três sessões já haviam acontecido sem nenhuma manifestação contrária.

Outras pautas do Congresso

Além do projeto que estabelece a redução da jornada de trabalho para 30 horas, o CFP monitora e atua no Congresso para fazer avançar proposições como a que dispõe sobre o piso salarial dos profissionais de Psicologia (PL 5440/2009), a que equipara o salário profissional e a jornada de trabalho do psicólogo ao do cirurgião-dentista e

ASCOM/CFP



Tabela de honorários: atualizar para avançar

Em conjunto com a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), o CFP lançou, em setembro, uma consulta pública sobre a atualização da Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos. A Tabela é um documento de referência nacional de valores, em reais, não estabelece piso nem teto de preços para os honorários cobrados, cabendo, portanto, a cada profissional psicólogo definir, em comum acordo com a pessoa (física ou jurídica) que solicita seus serviços, os valores a serem cobrados.

Com o intuito de ampliar políticas relativas ao fortalecimento da categoria, a pesquisa pretende produzir um referencial que atenda aos anseios dos psicólogos, contemplando procedimentos que são atualmente realizados mas ainda não contemplados na Tabela.

A consulta – que poderá ser respondida por meio de formulário online disponível nos sites do CFP e da Fenapsi – contém questões relativas ao perfil do participante e perguntas sobre a funcionalidade da Tabela de Honorários, além da avaliação de nomenclaturas das categorias elencadas atualmente: diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica, solução de problemas psicológicos, acompanhamento e orientação psicológica e assessoria em psicologia.

A consulta pública é voltada a todos os conselhos regionais de Psicologia, sindicatos de psicólogos, entidades científicas e profissionais em geral. Findada a consulta, será lançado edital para que instituições de pesquisa interessadas possam se inscrever para a realização do trabalho.

Inclusão no Super Simples

A Lei Complementar 147/2014 (PLC 60/14), que estabelece o Simples Nacional, mais conhecido como Super Simples – sistema de tributação dife-

renciado para as micro e pequenas empresas que unifica oito impostos em um único boleto e reduz a carga tributária – foi sancionada em agosto deste ano pela presidente Dilma Rousseff.

O Supersimples permite o ingresso de 140 atividades da área de serviços, incluindo a Psicologia, em um novo regime de tributação. Um(a) micro-empresário(a) psicólogo(a), por exemplo, que possua uma receita bruta anual de até R\$ 180 mil, terá alíquota mensal equivalente a 16,93%.

Para a presidente CFP, Mariza Borges, a categoria deve comemorar, pois é uma lei que facilitará as condições de trabalho do (a) psicólogo (a). Mariza ressalta que, apesar de muitos dos (as) profissionais atuarem como empregados (setores público e privado), a tradição do (a) psicólogo (a) em ter seu próprio consultório, clínica ou mesmo centro de formação de profissionais ainda se mantém. “Toda essa porção da categoria vai ser beneficiada com essa legislação, que inicialmente não iria incluir os psicólogos, mas nos acordos acabou também englobando todas as profissões regulamentadas. Isso é que a gente tem de comemorar, pois vai facilitar as condições de trabalho do profissional”, destaca.

O(a) psicólogo(a) profissional autônomo que tem interesse em conhecer a Lei Complementar e, principalmente, aderir ao Super Simples, pode consultar o site do Sebrae para obter todas as informações necessárias.

Tendência mundial

A redução da jornada de trabalho é um assunto amplamente discutido pela sociedade brasileira e, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), é uma tendência mundial. Em duas publicações, “Duração do trabalho em todo o mundo: tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada” (2009) e “O tempo de trabalho no século 21” (lançado em 2011), a organização demonstra que a redução da jornada de trabalho está acontecendo em todo o mundo e aponta que a diminuição não reduz a produtividade profissional.

As pesquisas mostram que a redução depende da resolução entre os atores sociais – Estado, trabalhadores e empregadores – e que a legislação é o principal instrumento para a garantia dos direitos dos trabalhadores. As longas jornadas, de acordo com as pesquisas, reduzem a produtividade e tem efeitos como desatenção e cansaço, o que pode levar a erros e acidentes, riscos de saúde e problemas na vida pessoal. De acordo com o coordenador da publicação de 2009, Jon C. Messenger, menos da metade dos países do mundo adotam carga horária superior a 40 horas. O Brasil está nesse grupo.

Muitos países já têm jornada entre 40 e 35 horas. É o caso de Espanha (39,2), Portugal (39), Áustria (38,6), Itália (38,3), França (38), Finlândia (37,6), Nova Zelândia (37,6), Reino Unido (37), Luxemburgo, (37), Bélgica (36,7), Austrália (36,6), Suécia (36,3), Irlanda (36), Alemanha (35,5), Dinamarca (35,2) e Suíça (35,1), de acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

do médico (PL 1858/1991) - ambas da Câmara -, e a que dispõe sobre a introdução sobre assistente social e psicólogo no quadro de profissionais de educação em cada escola (PLC 60/2007), que tramita no Senado.

“

“A aprovação é um reconhecimento da importância da contribuição do(a) psicólogo(a) para o campo da saúde”

"Gosto de ser um agente de mudança"

Thahyana Lima conta sua rotina profissional em Jaguaruana (CE)



Evento organizado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS de Jaguaruana (CE)

Thahyana Lima

O CFP inaugura, nesta edição, a seção "Fala, Psicólog@": um espaço destinado à apresentação de profissionais da Psicologia de todas as áreas de atuação e de todas as regiões do país. A cada número, um(a) profissional contará sua rotina de trabalho, perspectivas e desafios para a atuação na Psicologia.

Para participar, envie um e-mail para jornaldofederal@cfp.org.br. Dá para optar por uma entrevista ping-pong, como a da Thahyana Lima, ou enviar um texto de sua autoria, com no máximo 4.616 caracteres. A Assessoria de Comunicação do CFP ficará responsável pela avaliação e edição dos textos recebidos. Não se esqueça de encaminhar uma foto sua ou do seu ambiente de trabalho.

Thahyana Mara Valente Lima é natural de Fortaleza/CE, e hoje mora e trabalha em Jaguaruana, no mesmo estado. Psicóloga há

oito anos, ela coordena atualmente o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Referência da Assistência Social do município cearense.

Qual é sua área de atuação dentro da Psicologia?

Minha abordagem terapêutica é a AC (Análise do Comportamento), com atuação em Psicologia Social. Trabalho no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), coordenando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), lidando diretamente com 20 grupos de crianças, adolescentes e idosos. Neste trabalho, procuro desenvolver práticas culturais de responsabilidade social e comunitária e a valorização da cultura local e do ambiente social.

Como é sua rotina de trabalho?

Sou concursada no município há oito anos, com carga horária

de 30h. Portanto, trabalho de segunda à quinta-feira na coordenação do SCFV.

A parte burocrática se divide entre a organização do banco de dados com informações de todos os participantes dos serviços de convivência e seleção do público prioritário para acompanhamento, evolução do prontuário do indivíduo e encaminhamento ao PAIF e/ou demais políticas. Já a parte organizacional envolve Capacitação de Orientadores e Facilitadores Sociais e planejamento e desenvolvimento de estratégias e manutenção do contato com as contingências naturais e sociais que modelam o comportamento humano.

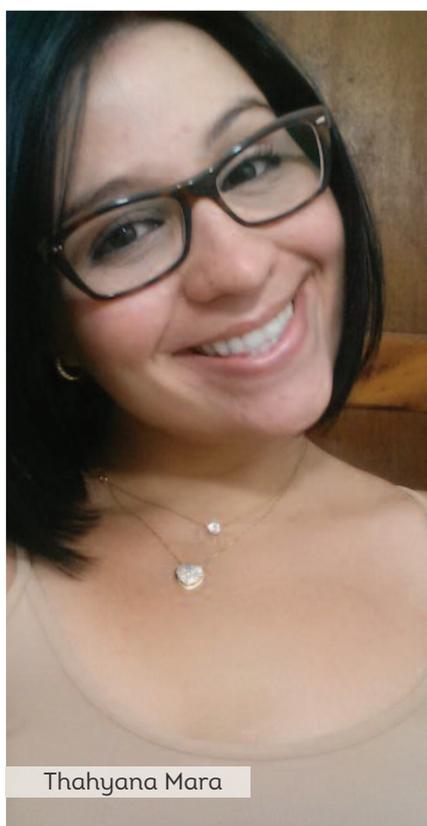
Estamos sempre refletindo e repensando quais práticas socioculturais precisamos selecionar para educar os novos participantes dos SCFVs para a reprodução das práticas positivas obtidas e mantidas por quem já passou pelo nosso ser-

viço. Compreendo que as pessoas agem para melhorar a comunidade em que vivem quando são induzidas a fazê-lo pelas mudanças e satisfação pessoal que obtiveram ao desenvolver um novo olhar para si e para a comunidade que habitam.

Através da peculiaridade de cada grupo, podemos adaptar os eixos estruturantes (Convivência Social, Participação Cidadã e Mundo do Trabalho) propostos pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) às 7 Dimensões Metodológicas (Dialogica, Reflexiva, Cognitiva, Afetiva, Ética, Estética e Lúdica) que compõem a metodologia do nosso trabalho no campo social.

O que você considera mais positivo em relação ao seu cotidiano de trabalho?

Gosto da oportunidade de agir num município de pouco mais de 32 mil habitantes, fugindo dos gran-



Thahyana Mara

“

Gosto da oportunidade de agir num município de pouco mais de 32 mil habitantes, fugindo dos grandes centros urbanos”

des centros urbanos, onde a vida se tornou mecânica, para agir num lugar onde as pessoas ainda se conhecem pelo nome.

Gosto mesmo é da forma como essa mudança social só é possível com a sensibilização do indivíduo, do reconhecimento da sua própria responsabilidade pessoal para si e para com o outro. Gosto de ser um agente de mudança em prol do fortalecimento de vínculos sociais e comunitários.

Tem acontecido uma mudança social interessante nos últimos oito anos por aqui. Quando cheguei no CRAS em 2006, o trabalho com idosos era inexistente. Oito anos depois, nosso Serviço de Convivência para a Pessoa Idosa virou a “menina dos olhos” do município e foco de projetos de pesquisa e monografia de universitários das mais diversas áreas (fisioterapia, serviço social, enfermagem, educação física etc).

E como foi que essa mudança aconteceu?

Atribuo essa mudança de paradigma ao constante desenvolvimento do planejamento e estratégias de mudanças sociais positivas que os nossos idosos têm reproduzido nas suas famílias e comunidades, tornando-se sujeitos de direito, conhecedores de seu importante papel social.

Pretendo, a partir do próximo ano, mudar a intensidade do meu foco para o serviço de convivência para crianças de 0 a 6 anos e seus pais, para que no futuro possamos começar a desfrutar de relações mais afetuosas e menos prejudiciais.

Quais as limitações que você encontra no seu cotidiano de trabalho?

Limitações que creio existem em todo serviço público: a rotatividade de profissionais (orientadores e facilitadores, principalmente), a demora na liberação da verba federal e o preconceito ainda existente com a função do psicólogo. Muitos ainda acreditam que psicólogo é “médico de doido”. Mas a principal limitação ainda é o público em risco e a vulnerabilidade social. Muitas vezes temos de dar um passo para trás e repensar toda uma estratégia que vínhamos desenvolvendo... nesse trabalho aprendi que nem sempre o que



Evento organizado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS de Jaguaruana (CE)

Thahyana Lima

você acredita ser o melhor é o que a família deseja, por exemplo. Isso sim é o mais doloroso: saber que determinadas escolhas e omissões das famílias/indivíduos acompanhados levarão a possí-

veis sofrimentos e privações, mas mesmo assim respeitar, sem interferir muito... afinal, só podemos ajudar quem realmente quer ser ajudado. Mas estaremos sempre lá, apesar dos pesares.



Thahyana também atua no serviço de convivência para crianças

Thahyana Lima



A psicologia esportiva está além das quatro linhas

Especialista em Psicologia do Esporte explica as atribuições deste campo profissional

A realização da Copa do Mundo no Brasil neste ano fez emergir na sociedade o debate sobre o papel do(a) psicólogo(a) do esporte. Mas o que exatamente ele faz? Onde ele atua e com quais propósitos? Em entrevista ao CFP, a psicóloga Luciana Angelo, especialista em psicologia do esporte, mestre em educação e coordenadora do curso de especialização em psicologia do esporte do Instituto Sedes Sapientiae (SP), explica a trajetória, as atribuições e os benefícios deste campo profissional para a sociedade, discute a realidade dos clubes e aspectos da realização dos megaeventos esportivos no Brasil.

Leia ao lado a íntegra da entrevista.

O que é a psicologia do esporte?

É uma área que compõe as Ciências do Esporte, e estuda os fatores psicológicos associados à participação do indivíduo em vários contextos relacionados às práticas esportivas, exercícios e outras atividades físicas.

Quais os conhecimentos necessários para os psicólogos do esporte? Com que outros atores ele se relaciona?

São importantes os conhecimentos gerados nas teorias da personalidade e nos estudos de diferenças pessoais, os estudos relacionados a psicopatologias, os estudos na área do movimento humano que dão especial atenção ao comportamento motor, o co-

nhecimento gerado pela psicologia social ao estudar o esporte como fenômeno sócio-cultural e os estudos de psicofisiologia, entre outros. Além da Psicologia Social, as especialidades com as quais a gente tem tido bastante aproximação são a Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia relacionada à Saúde, áreas das teorias mais clínicas (por que temos alguns pacientes que têm transtornos que a atividade e o exercício físico são fundamentais para tratamento); com a área da reabilitação, com casos de praticantes amadores que têm anorexia, bulimia ou vigorexia. No alto rendimento também há casos de depressão, transtornos, que a gente precisa cuidar, então a saúde mental também é

importante. E agora começamos a olhar um pouco também para a Psicologia da Educação, mais ligada à ideia de que criança e adolescente necessitam desse apoio, formação e perspectiva de vivência com o(a) psicólogo(a) do esporte muito mais constantes do que a gente tem hoje.

E quais os campos de atuação?

Em esporte de alto rendimento (nas seleções, confederações, comitês olímpicos e em clubes); práticas no tempo livre; na reabilitação e na área da iniciação esportiva, com crianças e adolescentes. Em projetos sociais, o trabalho tem o objetivo de incentivar a criança a vivenciar habilidades e competências através da ativi-

dade esportiva. Uma outra é a perspectiva na área da educação física escolar, junto aos professores de educação física, viabilizando a aprendizagem do movimento, através e sobre o movimento.

No alto rendimento, qual é a forma de trabalho?

No alto rendimento o trabalho do psicólogo é planejado junto com os demais integrantes da comissão técnica. Existem as periodizações física, técnica e tática, e o psicólogo também deve compor este trabalho desenvolvendo sua periodização considerando o tempo e os objetivos do trabalho. O ideal é que o psicólogo não trabalhe quando a competição já começou. É importante fazer parte da tomada de decisão e compor efetivamente a comissão técnica. O(a) psicólogo(a) sempre está



nível de organização. Modalidades como futebol, atletismo, vôlei, judô, tiro com arco, handebol, vôlei, basquete, karatê, natação, tênis, entre outros, possuem equipes de psicologia do esporte não somente em categorias adultas, mas principalmente, nas categorias de base em todo território nacional. Os esportes paralímpicos também têm contratado profissionais da área e desenvolvido trabalhos muito interessantes.

É importante lembrar que a psicologia do esporte no Brasil teve seu início na década de 1950, com o psicólogo João Carvalhaes, que atuava no São Paulo e na seleção brasileira. Atualmente, já temos produção acadêmica nacional que nos dá condição de falar da psicologia do esporte no Brasil. Infelizmente, contudo, a mídia ainda reporta poucas experiências importantes como as do judô, tiro com arco e handebol.

Mesmo os trabalhos realizados por psicólogos nas categorias das mais distintas modalidades em diversos estados são ainda pouco divulgados.

Uma questão importante a ser discutida é que uma única modalidade, o futebol, tem servido de base para as discussões sobre o sistema esportivo nacional. Isso tem criado insatisfações e por isso, grupos como o "Atletas pelo Brasil", entre outros, têm realizado propostas para que possamos ampliar as discussões considerando as especificidades de cada modalidade. Vivemos em um país democrático e o psicólogo precisa entender essas relações políticas, esportivas, que o jogo não está só entre quatro linhas, está além delas.

Como deve ser a relação de trabalho entre as instituições e o psicólogo?

É fundamental que, quando o psicólogo receba uma proposta de trabalho, ele saiba exatamente para quem e onde ele vai trabalhar, e também entenda a questão "empregado e empregador". É necessário saber e identificar a política institucional para que o profissional possa refletir sobre a sua prática, os preceitos éticos e faça a sua escolha. Esta avaliação é fundamental para que, principalmente em ambientes onde a performance é valorizada, a questão emocional não seja a justificativa para um bom ou mau desempenho. O famoso "bode expiatório" eximindo outras tantas questões (políticas, técnicas etc) de serem avaliadas e alteradas para um melhor desempenho futuro.

E qual a importância da psicologia do esporte para a infância e adolescência?

É fundamental. Se eles não têm experiência do trabalho feito/rea-

lizado com/pelo(a) psicólogo(a) do esporte, dificilmente vão conseguir entender qual o papel do psicólogo depois. Como adultos, eles levam os ensinamentos, as experiências. Além disso, existem denúncias no Ministério Público de crianças e adolescentes que sofrem abusos, no sentido de serem retirados das suas famílias por pessoas que prometem a profissionalização e aí, quando chegam aos seus clubes, isso não acontece.

Qual a visão do psicólogo do esporte dos processos relacionados aos grandes eventos esportivos?

Com a Copa do Mundo e com os Jogos Olímpicos, a participação da psicologia do esporte nas discussões sobre a realização dos megaeventos tem ocorrido em diferentes fóruns e versando sobre diferentes temas, como a preocupação em relação às condições desumanas em que foram realizadas, as remoções de famílias e comunidades que viviam em torno ou nos terrenos das construções do equipamento esportivo, a desocupação e ocupação dos espaços públicos onde as arenas/estádios foram construídas, as questões relativas à saúde dos atletas que participaram e participarão das competições, as condições de trabalho do corpo de voluntários, entre outros.

O que o CFP tem promovido para desenvolver a Psicologia do Esporte?

O CFP, nesta nova gestão, fortaleceu a presença da especialidade incluindo um grupo de profissionais especialistas que representados no coletivo ampliado, viabilizaram um Grupo de Trabalho Nacional (GT de psicologia do esporte) e estão em vias de conclusão do plano de ação que viabilize o desenvolvimento da área.

“

Foram anos de muito trabalho, muitas conquistas para a nossa Psicologia e para os serviços oferecidos a sociedade.”

dentro dessa periodização junto com o técnico, com o preparador físico, com o fisioterapeuta, com o médico, sempre constituindo essa comissão.

Esse alto grau de organização existe hoje nos clubes? Como a psicologia do esporte é vista nesses espaços?

Alguns clubes possuem profissionais que trabalham com esse

CFP se mobiliza pela rejeição do PL 6.126/13

Categoria está atenta e vigilante, caso matéria seja reapresentada na próxima legislatura

Em consonância com as diretrizes relativas à valorização do profissional de Psicologia e à busca do reconhecimento da profissão, contidas em seu Planejamento Estratégico Plurianual para o triênio 2014-2016, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) intensificou neste ano a luta contra o Projeto de Lei (6.126/13), conhecido como novo Ato Médico. E logrou êxito: diante da mobilização da Autarquia e de outros conselhos profissionais ligados à Saúde, o deputado Eleuzes Paiva (PSD-SP) solicitou a rejeição à proposição, em audiência pública realizada no dia 9 de abril passado, na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Desde aquela data até o fechamento desta edição do *Jornal do Federal*, a proposta ainda aguarda definição de novo relator naquele colegiado.

Para a presidente do CFP, Mariza Borges, os representantes dos Conselhos Federais da área de Saúde têm discutido o projeto e as estratégias para lidar com ele há alguns meses. Segundo ela, desde sua submissão à Câmara, aqueles Conselhos (incluindo o CFP) de forma independente e articulada, visitaram diversos parlamentares membros das comissões nas quais a matéria estava sendo analisada.

Borges ressalta que a proposta atual persiste em criar uma hierarquia entre as profissões de saúde, submetendo-as ao julgo da Medicina e, assim, restringindo as prerrogativas legais do exercício de uma profissão regulamentada. O PL 6.126/13 estabelece como privativa de médicos a formulação do diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica, com o acréscimo da frase “exceto nos protocolos do Sistema Único de Saúde”.

Histórico

Apresentado no dia 20 de agosto de 2013 ao Plenário da Câmara, o projeto foi apreciado pela Mesa Diretora da Casa. Em 5 de setembro, passou pela Coordenação de Comissões Permanentes, sendo encaminhada no dia



9 do mesmo mês para a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), onde recebeu, no dia 28 de novembro de 2013, parecer favorável do relator.

Em dezembro de 2013, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) emitiu um parecer sobre o Projeto de Lei. Segundo a Autarquia, “na nova proposta apresentada, se estabelece, mais uma vez, como privativa de médicos, a formulação do diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica”. O artigo foi amplamente rejeitado pelo conjunto das categorias profissionais da saúde, por interferir no trabalho multiprofissional e invadir as demais áreas, após uma mobilização que durou onze anos de muito debate e esclarecimentos sobre os problemas que causaria à saúde brasileira, caso fosse aprovado.

No parecer, há um consenso entre as diversas categorias de profissionais da Saúde que a proposição pode gerar os mais diversos prejuízos às profissões. Psicólogos (as) perderão possibilidade de diagnosticar sobre saúde mental e fazer prescrição terapêutica. Não poderão, por exemplo, diagnosticar depressão



nem indicar terapias. Em outros casos, somente médicos poderão emitir atestados, realizar perícia e trabalhar na direção e chefia dos serviços de saúde.

No documento, o Sistema Conselhos, junto aos demais integrantes da Frente dos Conselhos de Profissões da Área da Saúde (FCPAS), novamente defende posicionamento contrário à aprovação do PL 6.126, por entender que a matéria mantém uma série de elementos desfavoráveis à autonomia das demais categorias de saúde, na medida em que não contempla os princípios de integralidade e descentralização previstos no Sistema Único de

Saúde (SUS), os quais, por sua vez, instituem a corresponsabilidade dos saberes presentes nas profissões. As entidades destacam que as consequências, caso a aprovação do projeto ocorra, poderão ser desastrosas para os usuários dos serviços de saúde, pois conduzirão a uma maior burocratização das rotinas. Além disso, os usuários dos serviços de saúde teriam seu direito de escolha extinto, já que o médico centralizaria a avaliação de suas necessidades de assistência à saúde.

Se não for apreciado até o fim deste ano, quando terminam os mandatos da atual legislatura, a matéria será arquivada.

Mariza Borges afirma que o CFP se manterá atento à pauta no próximo período. “Confiamos que o parecer pela rejeição seja apresentado e aprovado pela Comissão de Seguridade Social. Estaremos vigilantes”.

Conheça o parecer do CFP sobre o Projeto 6.123/13 no site: <http://bit.ly/10Yprae>

Direitos Humanos, base da Psicologia

Reflexão sobre o tema envolve formação, prática e pesquisa em Psicologia

Fortalecer a atuação do (a) psicólogo (a) na perspectiva dos direitos humanos é uma das metas políticas do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Fundamentam a ética do trabalho dos (as) psicólogos (as), em qualquer setor social, os princípios de organização social e convivência entre as pessoas e os povos consagrados na Carta dos Direitos Humanos, promulgada e assinada por todos os países membros da Organização das Nações Unidas em 1948, ampliada e especificada nas últimas décadas.

“A carreira e profissão os psicólogos (as) dependem de que suas práticas sejam informadas pelo acúmulo acadêmico-científico, que derivam práticas no campo da psicologia, desde que informadas pelos princípios da Carta e à luz dos direitos fundamentais dos homens e das mulheres”, explica Vera Paiva, presidente da Comissão de Direitos Humanos do CFP.

Contribuir para fortalecer a promoção e proteção dos direitos humanos de todos os brasileiros à autonomia, à dignidade e à liberdade tem sido parte da histórica contribuição do CFP para a vida dos brasileiros. Para isso, mantém representatividade em comissões, comitês e grupos de trabalho de instâncias institucionais diversas do governo federal e da sociedade organizada nesse campo. “Participamos de iniciativas da promoção dos Direitos Humanos e publicamente nos manifestamos em situações em que se identificam violações (ou negligência) dos direitos, em especial as que produzem sofrimento mental: a violação do direito a não discriminação, a uma vida livre da violência, à saúde integral, ao trabalho digno, à educação”, aponta Paiva.

Desde agosto de 2014, a autarquia tem assento na Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) da Presidência da República. “Podemos nos somar com outras entidades que estão lá presentes, em várias frentes, ligadas a populações mais fortemente afetadas pela violação ou pela falta de direitos – que sabemos ser geradores de doenças,



Capacitação pelo Enfrentamento ao Racismo na sede do CFP

exclusão e tudo aquilo que o psicólogo tem como obrigação ética proteger e combater”, explica. O CFP ocupará uma das onze vagas destinadas à sociedade civil no Conselho para o mandato 2014/2016 da instância.

A Comissão de Direitos Humanos do CFP definiu quatro eixos fundamentais de políticas que serão prioridade no próximo período. No primeiro, pelo Enfrentamento do Racismo, uma ação inicial foi a promoção da capacitação dos funcionários da casa, em Brasília, no tema “Enfrentamento do Racismo Institucional”, ação integrada à formação sobre “Direitos Humanos” (foto acima).

No eixo “Tortura e todas as formas de violência de Estado”, Vera Paiva destaca a atuação dos profissionais de psicologia junto às Clínicas do Testemunho, projeto criado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça que oferece atendimento a vítimas de tortura e violência. “As clínicas têm mostrado, indicado a produtividade da intervenção dos psicólogos no acolhimento e no cuidado das pessoas afetadas pela violência de Estado desde a Ditadura até as violências que permanecem ocorrendo, especialmente, entre os mais pobres”. A CNDH está começando a esboçar um seminário no tema e o CFP tem assento no Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional - CNPCT/SDH-PR

Além disso, a representante da CDH destaca a atuação no terceiro eixo -

Adolescente (Conanda), o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM/SPM, e o Conselho Nacional de AIDS do Ministério da Saúde, dentre vários outros.

Formação e prática profissional

Neste ano, o CFP tem orientado aos Conselhos Regionais de Psicologia para que capacitem seus quadros técnicos em Direitos Humanos. O seu quadro interno de funcionários está sendo capacitado acerca das temáticas “Enfrentamento da Violência de Estado e da tortura”; “Direitos e enfrentamento às violências de gênero e sexuais” e “Direitos e Assistência aos usuários de drogas e suas famílias”. “Esse trabalho de capacitação dos quadros técnicos é importante para que aprofundem a qualidade da contribuição que podem dar aos conselheiros e no dia a dia do Conselho”, explica Paiva.

“A nossa representação significa que há uma consulta permanente ao Conselho Ampliado e ao Coletivo Ampliado do CFP. A Comissão de Direitos Humanos, que não necessariamente faz parte do Conselho Ampliado, é ouvida assim como pessoas especialistas nos diversos temas, com histórias importantes, mesmo que não sejam do grupo eleito para o Conselho Federal. Este é um princípio de ação”, conclui.



Psicologia, 52 anos de regulamentação

Uma sociedade mais consciente e mais justa cresce junto com a valorização da profissão

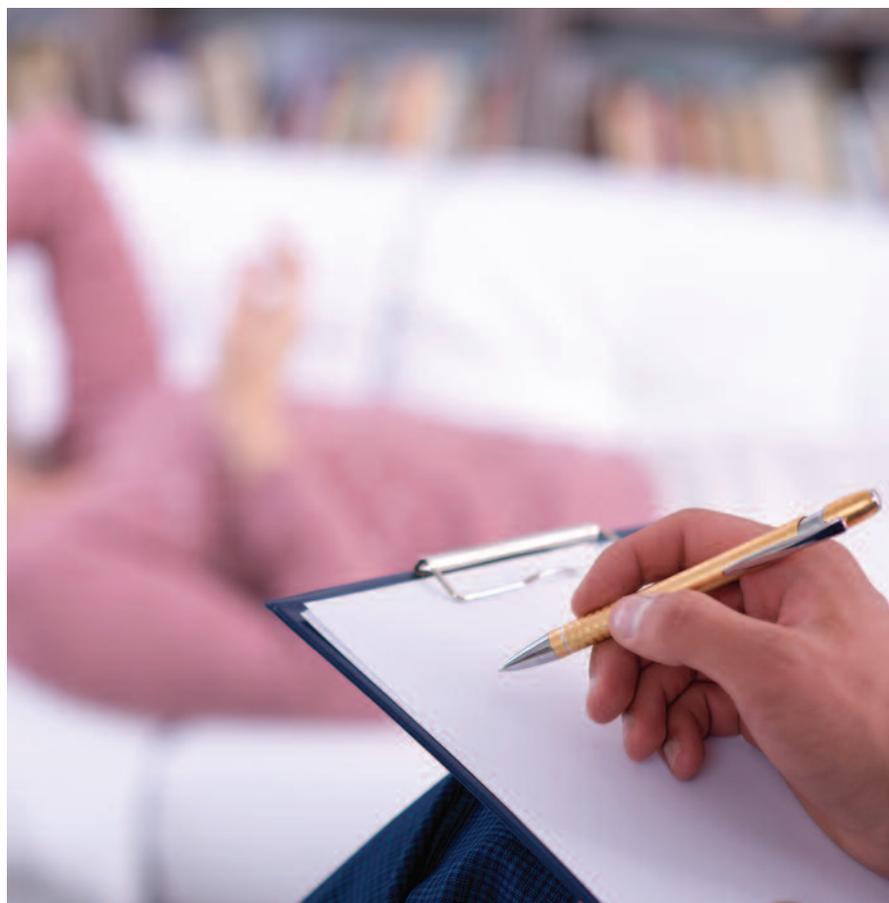
Em 27 de agosto comemora-se no Brasil o Dia do (a) Psicólogo (a). Neste dia, em 1962, a profissão foi regulamentada por meio da Lei 4.119, que reconhece e celebra a atuação do (a) profissional no país, além de dispor sobre os cursos superiores de Psicologia - estabelecendo as condições mínimas para o seu exercício.

Cerca de 250 mil profissionais atuam hoje em todo o Brasil. A cada dia, o (a) psicólogo (a) brasileiro (a) tem ampliado sua inserção em diferentes áreas de atuação, respondendo a demandas sociais em todos os campos, nos setores público e privado. O atendimento individual em consultório, embora muito significativo, vai cedendo espaço para o trabalho em instituições e em equipes multiprofissionais, diversificando e ampliando os campos de aplicação da Psicologia.

Outra mudança que se observa no campo profissional é a sua expansão territorial: embora a maior concentração ainda esteja nas regiões Sudeste e Sul, constata-se a ampliação do número de profissionais em todo o território brasileiro, nas capitais e no interior. Pesquisas apontam que, entre 1987 e 2009, o aumento foi de 6,7% para 9,9% nas regiões Norte e Centro-Oeste, e de 8,8% para 9,6% no Nordeste.

Além disso, nossa profissão é majoritariamente feminina. A proporção da presença das mulheres na Psicologia é, atualmente, de cerca de 83,3%. Também somos jovens, com idade média de 36,7 anos, a despeito de um notável aumento do número de profissionais mais maduros (as) e em estágios de carreira mais consolidados.

A Psicologia trata de entender o ser humano no contexto em que vive. Sua diversidade e pluralidade, como ciência e como profissão, tem origem nos inúmeros recortes feitos pelas diferentes abordagens psicológicas para compreender o ser humano na complexa rede de interações entre ele e seu contexto de vida. Essa diversidade habilita os (as) profissionais para o exercício da profissão nos diversos contextos so-



“

O compromisso da Psicologia com a construção de uma sociedade mais consciente e mais justa cresce junto com a valorização da profissão no Brasil.”

ciais, e isso talvez explique grande parte da expansão do campo de trabalho profissional.

Para a nossa categoria, 2014 já é um ano marcado por conquistas históricas: a aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei que institui a carga horária de 30 horas semanais

para psicólogos (as), a rejeição do Ato Médico e a inclusão do (a) psicólogo (a) no Super Simples, que unifica oito impostos em um único boleto e reduz a carga tributária, entre outros avanços, apontam que estamos trilhando o caminho do fortalecimento do nosso fazer científico e profissional.

O compromisso da Psicologia com a construção de uma sociedade mais consciente e mais justa cresce junto com a valorização da profissão no Brasil. Os desafios colocados em nosso horizonte não são poucos, mas, ao olhar pelo retrovisor, é possível afirmar, com toda a segurança, que muito avançamos nesses 52 anos de regulamentação.

Mariza Monteiro Borges é presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), mestre em Psicologia e professora aposentada da Universidade de Brasília (UnB).

A Psicologia brasileira apresentada em números.

Somos um total de **240.000** psicólogos (as)



Regional



Estado



Sexo

Regional

Mapa | Tabela

| | | | |
|---------------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| Total de 2.500 Psicólogos (as) | PSICOLOGIA Brasil | Conselho Federal de Psicologia | Conselho Nacional de Psicologia |
| CRP RJ | Conselho Regional de Psicologia SP | CRP | Conselho Regional de Psicologia PR |
| CRP DF | CRP GO | Conselho Regional de Psicologia MT | CRP |
| Conselho Regional de Psicologia AC | Conselho Regional de Psicologia AP | Conselho Regional de Psicologia BA | Conselho Regional de Psicologia CE |
| CRP | Conselho Regional de Psicologia ES | Conselho Regional de Psicologia MA | CRP |

Estado

Mapa | Tabela



Nos quatro cantos do Brasil

Clique na sigla do estado para consultar o total de psicólogos (as) em cada estado.

Sexo

Mapa | Tabela



Quantos homens e quantas mulheres?

Clique na sigla do estado e veja a quantidade de psicólogos (as) por sexo.

Fortalecendo a transparência

CFP tem auditoria interna para aprimorar governança

O compromisso com a transparência, com a austeridade e com o rigor nas decisões financeiras é um dos pilares da condução administrativa do XVI Plenário do CFP. Já nos primeiros meses deste ano, foram desenvolvidas ações com vistas ao corte de desperdícios, como a revisão e a renegociação de contratos e a racionalização do quadro de funcionários, além da contratação, em caráter inédito, de uma auditoria interna para avaliar e aprimorar os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

“A racionalização dos gastos e um controle austero das despesas é um respeito às psicólogas e psicólogos brasileiros que se esforçam para manter em dia o pagamento das anuidades em seus Conselhos Regionais. Como é uma taxa obrigatória, é nosso dever ético fazer retornar a eles, em ações e políticas, o fortalecimento de nossa profissão e o reconhecimento de nossa ciência”, comenta Sergio Braghini, Conselheiro Tesoureiro do CFP.

Auditoria interna

O CFP contratou, em agosto, uma auditora contábil e uma assistente técnica, que estão desenvolvendo trabalhos iniciais de assessoria, orientação e auditorias.

A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, que atua para comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, além de aferir o cumprimento das metas estabelecidas pelo CFP.

“A proposta é transformar o caráter de fiscalização promovida pelo Conselho: em vez de corretiva, por ser realizada após o fechamento do balanço, a auditoria preventiva prevê o acompanhamento sistemático do andamento das ações, a análise dos controles internos, informações contábeis e a realização de auditorias dentro do exercício financeiro – possibilitando a correção de processos indevidamente conduzidos”, explica o tesoureiro.

Balanço orçamentário

O balanço orçamentário de 2013 (quadro abaixo) mostra que o CFP obteve uma arrecadação de R\$ 21.765.517,45, que corresponde ao percentual de 99,70% em relação ao valor previsto.

A Cota Parte do Conselho Federal é de 25% da receita arrecada pelos Conselhos Regionais. Assim, a receita do CFP foi composta em 92,68% da Cota Parte

que cabe ao Conselho Federal nas anuidades pagas pelos profissionais inscritos nos CRPs, e o restante da receita (7,32%) é composto de outras receitas diversas.

No ano passado, durante a outra gestão, a despesa alcançou o montante de R\$ 23.175.002,50, que corresponde ao percentual de 106,47% do valor arrecadado. Ou seja, a despesa apresentada foi maior que o valor arrecadado em 6,47% e corresponde ao montante de R\$ 1.409.485,05.

“No ano passado, houve uma diminuição do Patrimônio Líquido acumulado do Conselho Federal de Psicologia. Foi, no mínimo, um descuido muito grande, comprometendo significativamente nossa Autarquia. Estamos revertendo esse quadro, apontando na direção do saneamento das nossas finanças com vistas a equilibrar o patrimônio, em respeito à categoria que se esforça para pagar sua anuidade em dia”, finaliza Braghini.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - EXERCÍCIO DE 2013

| RECEITAS | PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO | VALOR ARRECADADO | SALDO |
|--------------------------------------------|-------------------------|----------------------|---------------------|
| RECEITA CORRENTE | 20.884.662,34 | 20.926.471,49 | 41.809,15 |
| COTA PARTE DO CFP | 20.324.162,34 | 20.172.648,11 | 151.514,23 |
| TRANSFERÊNCIAS DOS CONSELHOS REGIONAIS | 20.324.162,34 | 20.172.648,11 | 151.514,23 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 500,00 | 617,34 | 117,34 |
| DIVIDENDOS | 500,00 | 617,34 | 117,34 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 10.000,00 | 108.006,32 | 98.006,32 |
| EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS PROFISSIONAIS | 10.000,00 | 108.006,32 | 98.006,32 |
| FINANCEIRAS | 450.000,00 | 247.896,96 | 202.103,04 |
| JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS | -00 | 21.861,87 | 21.861,87 |
| REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 450.000,00 | 226.035,09 | 223.964,91 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 100.000,00 | 397.302,76 | 297.302,76 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 100.000,00 | 396.652,76 | 296.652,76 |
| RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS | -00 | 650,00 | 650,00 |
| RECEITA DE CAPITAL | 2.644.968,13 | 839.045,96 | 1.805.922,17 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | -00 | 6.961,50 | 6.961,50 |
| ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS | -00 | 6.961,50 | 6.961,50 |
| AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO | 944.968,13 | 832.084,46 | 112.883,67 |
| OUTRAS AMORTIZAÇÕES DE EMP. A ENTIDADES | 944.968,13 | 832.084,46 | 112.883,67 |
| OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 1.700.000,00 | -00 | 1.700.000,00 |
| Superávit Financeiro | 1.700.000,00 | -00 | 1.700.000,00 |
| TOTAL | 23.529.630,47 | 21.765.517,45 | 1.764.113,02 |

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - EXERCÍCIO DE 2013

| DESPESAS | FIXAÇÃO DAS DESPESAS (PREVISÃO) | VALOR REALIZADO | SALDO |
|-------------------------------------------------|---------------------------------|----------------------|-------------------|
| CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA CORRENTE | 23.238.630,47 | 22.896.168,31 | 342.462,16 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 7.080.900,00 | 7.065.110,89 | 15.789,11 |
| REMUNERAÇÃO DE PESSOAL | 5.305.700,00 | 5.297.597,90 | 8.102,10 |
| ENCARGOS PATRONAIS | 1.775.200,00 | 1.767.512,99 | 7.687,01 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 16.157.730,47 | 15.831.057,42 | 326.673,05 |
| BENEFÍCIOS DE PESSOAL | 1.356.500,00 | 1.346.341,47 | 10.158,53 |
| BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS | 70.000,00 | 58.427,39 | 11.572,61 |
| USO DE BENS E SERVIÇOS | 3.452.936,01 | 3.347.354,15 | 105.581,86 |
| SERVIÇOS DE TERCEIROS (PESSOA JURÍDICA) | 7.678.310,00 | 7.561.792,15 | 116.517,85 |
| TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS | 47.000,00 | 44.322,19 | 2.677,81 |
| DEMAIS DESPESAS CORRENTES | 158.500,00 | 132.150,30 | 26.349,70 |
| SERVIÇOS BANCÁRIOS | 382.500,00 | 382.104,25 | 395,75 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 3.011.984,46 | 2.958.565,52 | 53.418,94 |
| CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA DE CAPITAL | 291.000,00 | 278.834,19 | 12.165,81 |
| INVESTIMENTOS | 44.000,00 | 31.984,19 | 12.015,81 |
| EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES | 40.000,00 | 28.187,60 | 11.812,40 |
| INTANGÍVEL | 4.000,00 | 3.796,59 | 203,41 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 247.000,00 | 246.850,00 | 150,00 |
| EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS | 247.000,00 | 246.850,00 | 150,00 |
| TOTAL | 23.529.630,47 | 23.175.002,50 | 354.627,97 |

RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013

| | |
|------------------------------------------------|-----------------------|
| RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2013 | 21.765.517,45 |
| (-) DESPESAS EXECUTADAS NO EXERCÍCIO DE 2013 | 23.175.002,50 |
| (=) RESULTADO (RECEITAS - DESPESAS) | - 1.409.485,05 |

A prática antes da regulamentação

Do século XIX aos anos 1940 do século XX

No dia 27 de agosto de 1962, a profissão de psicólogo (a) foi regulamentada por meio da Lei 4.119/62, que reconheceu a atuação do (a) profissional no País. A norma também dispõe sobre os cursos superiores de Psicologia, estabelecendo as condições para que qualquer pessoa possa exercer a profissão: ter concluído o curso superior de Psicologia com duração de cinco anos (que atenda à legislação pertinente) e ser registrado no Conselho Regional de Psicologia (CRP) da região geográfica em que vive.

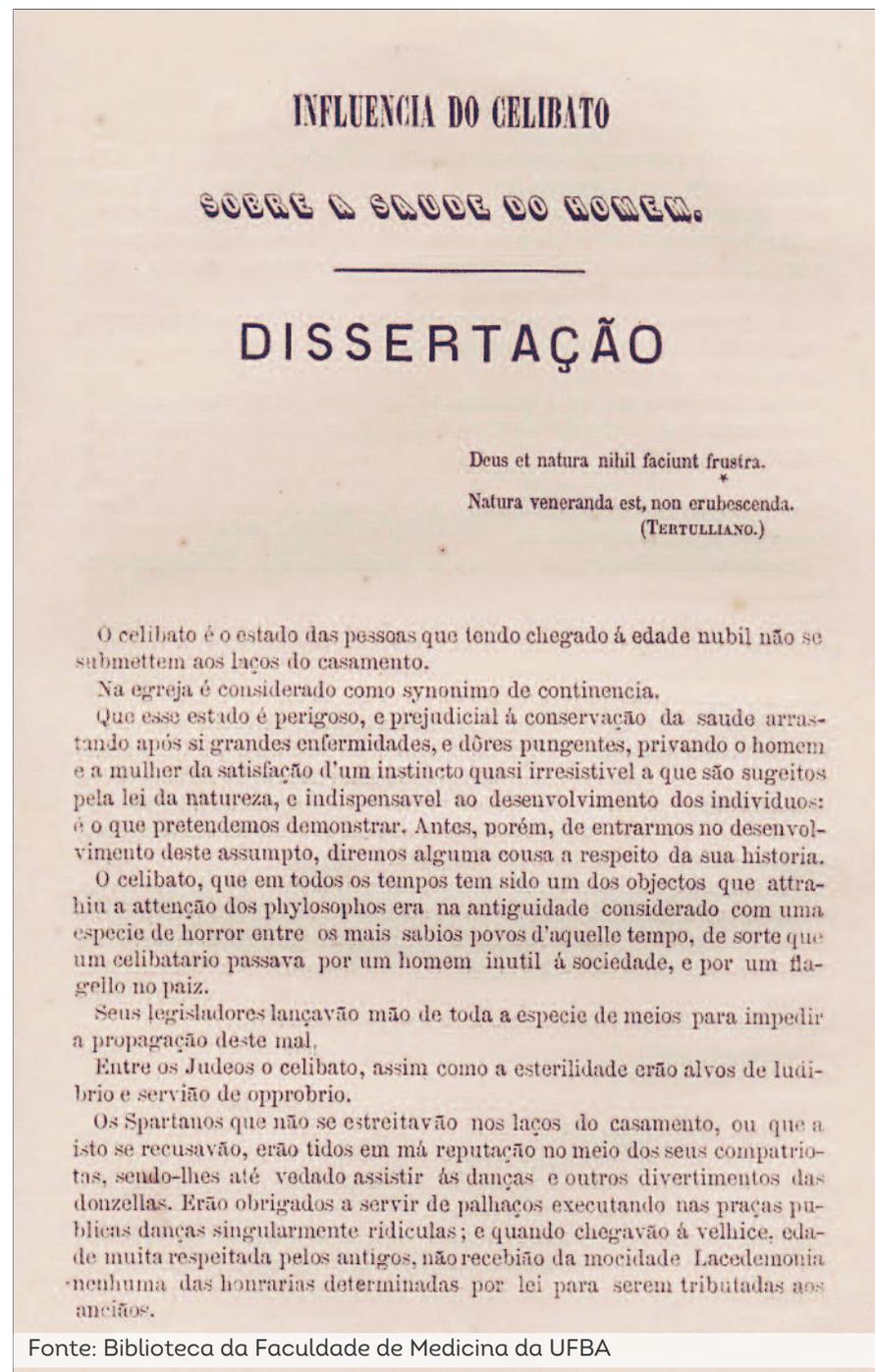
Antes de a profissão ser regulamentada, contudo, o Brasil já detinha, desde o início do século XX, atividades de práticas psicológicas e de estudos da área. A série “Memórias da Psicologia” contará, a cada edição do *Jornal do Federal*, com matéria que tratará desses temas.

A primeira relata a Psicologia desde o final do século XIX até meados dos anos 1940, ainda antes do período de industrialização do Brasil.

Século XIX: as teses das Faculdades de Medicina

A Psicologia, como disciplina científica, começou a se constituir na Europa – em países como Alemanha, França, Inglaterra, Itália – e nos Estados Unidos no século XIX. Ainda naquele século, suas teorias e práticas começaram a ser recebidas no Brasil e difundidas por meio do ensino e da produção de teses nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (Bahia). Utilizavam-se de Wilhelm Wundt (1832-1920), Francis Galton (1822-1911), Théodule Ribot (1839-1916), Jean-Martin Charcot (1825-1893), Pierre Janet (1859-1947), Alfred Binet (1857-1911), Cesare Lombroso (1835-1909), William James (1842-1910), em uma miscelânea que fazia parte do modo brasileiro de recepção das produções estrangeiras à época.

Estas teses foram obrigatórias para a obtenção do título de doutor em Medicina entre 1832 e 1930 e constituem um rico acervo para o estudo da recepção de teorias psicológicas no Brasil.



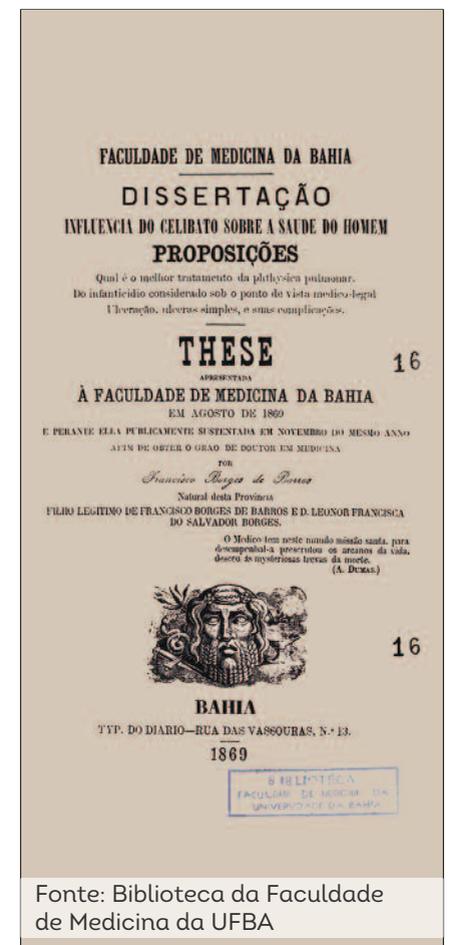
Fonte: Biblioteca da Faculdade de Medicina da UFBA

Higiene Mental, Testes e Educação

Com o desenvolvimento de propostas para a reforma da Educação no Brasil, em 1906 foi criado no *Pedagogium*, museu pedagógico similar aos existentes nos países europeus, o primeiro laboratório de Psicologia Experimental no País,

dirigido por Manoel Bomfim (1868-1932). Em 1923, criou-se a Liga Brasileira de Higiene Mental, responsável pelo início da padronização dos testes psicológicos, difundidos nos “Arquivos Brasileiros de Higiene Mental”.

Com as propostas de homogeneização das classes escolares, trazidas pelo movimento da Escola Nova, os testes



Fonte: Biblioteca da Faculdade de Medicina da UFBA

começaram a ser utilizados massivamente no campo da Educação, como exemplifica o título do livro de Isaías Alves (1898-1968), publicado em 1930: *Os Testes e a Reorganização Escolar*.

Com o decorrer dos anos, e o uso crescente da Psicologia, também se ampliou sua produção. Entre 1927 a 1941, são publicados 36 títulos pela Biblioteca de Educação da Editora Melhoramentos, dirigida por Lourenço Filho (1897-1970), muitos dos quais são de Psicologia. Outras editoras começam a publicar obras da Psicologia, geralmente inseridas em coleções destinadas à Educação. Nas faculdades de Filosofia, Educação Física, Economia e outras, surgem as cátedras de Psicologia, ampliando o mercado editorial, antes restrito às Escolas Normais.

Estavam abertos, ali, os caminhos para a consolidação do que viria a se tornar a profissão.

Processos éticos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP N.º 556/14- ORIGEM: CRP-011;

Aduertência

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 11ª região, que decidiu pela aplicação da pena de Multa e Aduertência. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: Multa e Aduertência;

DECISÃO CFP: Por unanimidade, o Plenário do Conselho Federal de Psicologia decidiu dar parcial provimento ao recurso interposto, de modo a reformar a decisão do CRP-11, determinando a aplicação somente da pena de Aduertência;

DATA DO JULGAMENTO: 17/10/2014

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges;

RELATOR: João Baptista Fortes de Oliveira;

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP N.º 673/14- ORIGEM: CRP-08;

Arquivamento

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 08ª região, que decidiu pela exclusão liminar da representação e consequente arquivamento. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento;

DECISÃO CFP: Por unanimidade, o Plenário do Conselho Federal de Psicologia decidiu negar provimento ao recurso interposto, de modo a manter a decisão do CRP-08, determinando o arquivamento do Processo Disciplinar Ético;

DATA DO JULGAMENTO: 17/10/2014

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges;

RELATOR: Eliandro Rômulo Cruz Araújo;

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP N.º 715/14- ORIGEM: CRP-06;

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 06ª região, que decidiu pela aplicação da pena de Aduertência. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: Aduertência;

DECISÃO CFP: Por unanimidade, o Plenário do Conselho Federal de Psicologia decidiu dar provimento ao recurso interposto, de modo a reformar a decisão do CRP-06, determinando o arquivamento do Processo Disciplinar Ético;

DATA DO JULGAMENTO: 17/10/2014

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges;

RELATOR: Sergio Luis Braghini;

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP N.º 1067/14- ORIGEM: CRP-03;

Aduertência

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 03ª região, que decidiu pela aplicação da pena de Aduertência. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Aduertência;

DECISÃO CFP: Por unanimidade, o Plenário do Conselho Federal de Psicologia decidiu negar provimento aos recursos interpostos pelos Denunciante e Denunciado, de modo a manter a decisão do CRP-03, pela procedência da denúncia, com a aplicação da penalidade de Aduertência;

DATA DO JULGAMENTO: 17/10/2014

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges;

RELATOR: Dorotéa Albuquerque de Cristo;

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP N.º 1079/14- ORIGEM: CRP-02;

Arquivamento

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 02ª região, que decidiu pela aplicação da pena de Multa e Censura Pública. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: Multa e Censura Pública;

DECISÃO CFP: Por unanimidade, o Plenário do Conselho Federal de Psicologia decidiu dar provimento ao recurso interposto, de modo a reformar a decisão do CRP-02, pela improcedência do Processo Ético em análise, determinando seu arquivamento;

DATA DO JULGAMENTO: 17/10/2014

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges;

RELATOR: Inara Barbosa Leão;

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP N.º 1144/14 - ORIGEM: CRP-08;

Aduertência

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 08ª região, que decidiu pela exclusão liminar da representação e consequente arquivamento. Decisão Reformada.

DECISÃO CRP: Arquivamento;

DECISÃO CFP: Por unanimidade, o Plenário do Conselho Federal de Psicologia decidiu dar provimento ao recurso interposto, de modo a reformar a decisão do CRP-08, aplicando a pena de Aduertência;

DATA DO JULGAMENTO: 17/10/2014

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges;

RELATOR: Meire Nunes Viana;

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFP N.º 3255/14- ORIGEM: CRP-06;

Arquivamento

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de Psicologia da 06ª região, que decidiu pela exclusão liminar da representação e consequente arquivamento. Decisão Mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento;

DECISÃO CFP: Por unanimidade, o Plenário do Conselho Federal de Psicologia decidiu negar provimento ao recurso interposto pelo Denunciante, de modo a manter a decisão do CRP-06, determinando o arquivamento do Processo Disciplinar Ético;

DATA DO JULGAMENTO: 17/10/2014

PRESIDENTE DA SESSÃO: Mariza Monteiro Borges;

RELATOR: João Carlos Alchieri;

Psicólogo (a),
atualize
seus dados
no Cadastro
Nacional!

<http://cadastro.cfp.org.br>



Agenda

II Encontro Evolutivo de Psicoterapia

20 a 22/11/2014

Local: UniCEUB - SEPN 707/907
Campus do UniCEUB, Asa Norte,
Brasília/DF, CEP: 70.790-075
Telefone: (61) 9693-4814

amdsantos54@hotmail.com
www.encontroevolutivo.com.br

Treinamento em Psicoterapia Infantil: modelo Oaklander com Felicia Carroll

26 a 29/11/2014

Local: Associação Médica de Caxias do Sul - AMECS
Caxias do Sul
Telefone: (54) 3223-4270

recriar@recriar.net.br
http://www.recriar.net.br/cursos.php?curso=22#cr22

I Seminário Internacional de Psicologia Forense

28 a 29/11/2014

Local: Pelotas/RS
Telefone: (53) 3307-3000

ipafrs@hotmail.com
http://www.ipafrs.com.br/

II Fórum Interdisciplinar sobre o Desenvolvimento Humano - Transtornos do Espectro Autístico

27 a 29/11/2014

Local: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1.450
Vila Olímpia - São Paulo/SP

secretaria@sbpsp.org.br
http://www.sbpsp.org.br/atividades/ventos-sbpsp

IV Encontro Nacional de Residências em Saúde

02 a 06/12/2014

Local: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife

enars.pernambuco@gmail.com
http://enars.pernambuco.com

Atuação do Psicólogo em Centros de Terapia Intensiva

08 e 09/12/2014

Local: Unidade Paulista
Av. Paulista, 37 - 15º andar
Bela Vista - São Paulo/SP
Telefone: (11) 2151-1001

cursosdeatualizacao@einstein.br
http://www.einstein.br/Ensino/cursos-de-atualizacao/Paginas/curso-de-atualizacao-em-atuacao-do-psicologo-em-centros-de-terapia-intensiva.aspx

Curso de Verão de Psicologia Hospitalar

26 a 30/01/2015

Local: Av. Cristouao Colombo, Sauassi - Belo Horizonte/MG
Telefone: (31) 9818-1779

psicologiahospitalar@gmail.com.br
http://psicologiahospitalar.net.br

Especialização em Psicologia Escolar

14/03/2015 a 30/09/2016

Local: Sede do CAPE
Av. Mostardeiro, 265
Porto Alegre/RS
Telefone: (51) 3516-5681

cape@capepsi.com.br
http://www.capepsi.com.br/

Capacitação em Psicologia Organizacional e do Trabalho

26/11/2014 a 29/05/2015

Local: Av. Dom Hélder Câmara, 5.027
Piso do estacionamento
Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 3594-2397

ccns@ccnscursos.com.br
http://www.ccnscursos.com.br/site/content/capacita%C3%A7%C3%A3o-em-psicologia-organizacional-e-do-trabalho



Especialização em Neuropsicologia

06/02/2015 a 16/12/2016

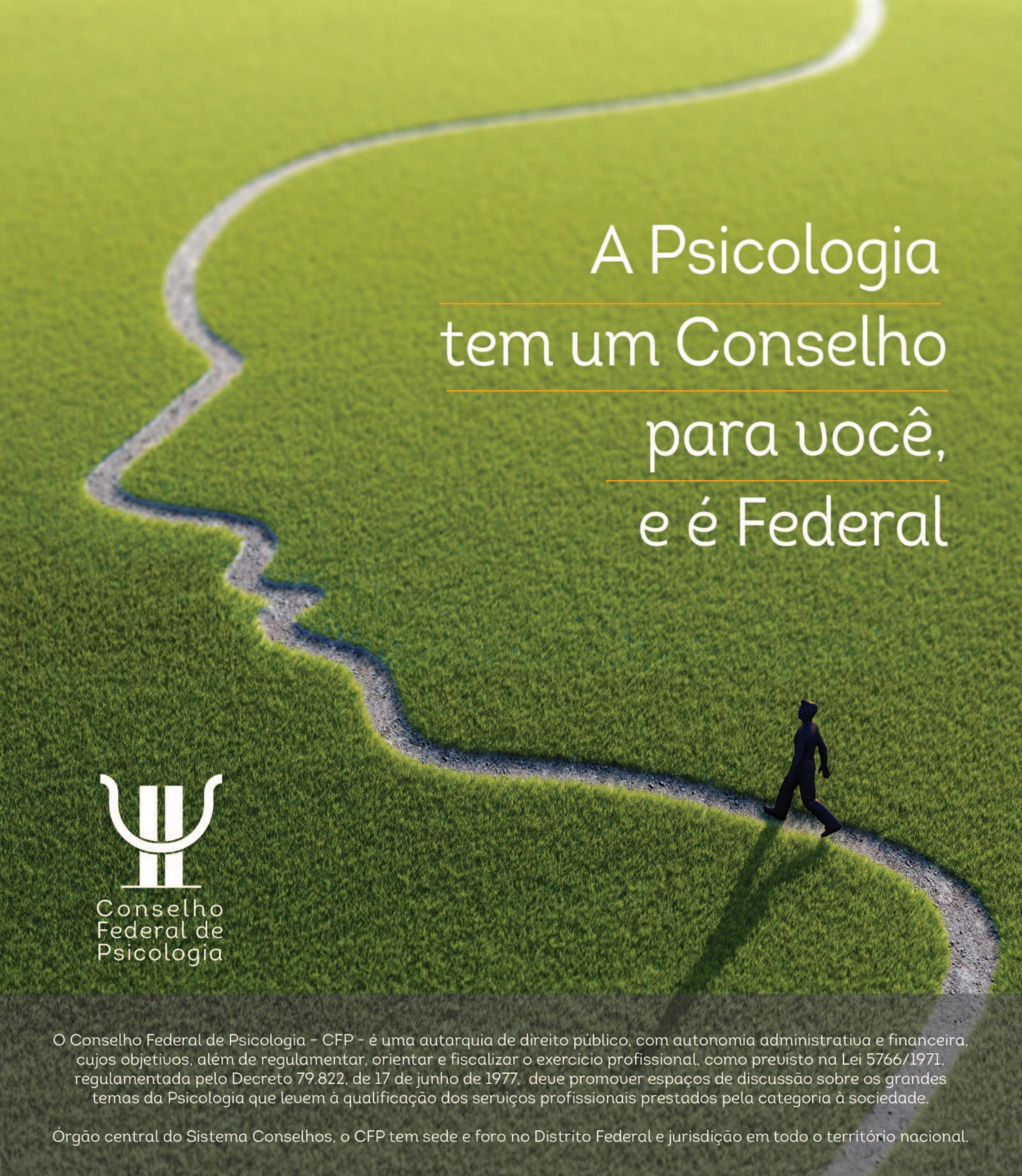
Local: Rua Veríssimo Gloria, 149
Adamantina/SP
Telefone: (11) 3064-3186

dip.ichc@hc.fm.usp.br
http://www.cepsic.org.br/

II FÓRUM INTERDISCIPLINAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO
TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTÍSTICO
27 a 29 de Novembro de 2014
Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1450

PROGRAMAÇÃO

| 27 de Novembro - Quinta-feira | 28 de Novembro - Sexta-feira | 29 de Novembro - Sábado |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>08h30 - 10h30 - Abertura</p> <p>10h30 - 12h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Desafios e Avanços" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> <p>13h30 - 15h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Diagnóstico e Tratamento" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> <p>16h30 - 18h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Impactos Sociais" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> | <p>08h30 - 10h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Diagnóstico e Tratamento" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> <p>10h30 - 12h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Impactos Sociais" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> <p>13h30 - 15h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Desafios e Avanços" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> <p>16h30 - 18h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Diagnóstico e Tratamento" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> | <p>08h30 - 10h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Diagnóstico e Tratamento" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> <p>10h30 - 12h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Impactos Sociais" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> <p>13h30 - 15h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Desafios e Avanços" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> <p>16h30 - 18h30 - Mesa Redonda: "Transtornos do Espectro Autístico: Diagnóstico e Tratamento" - Moderada por: Maria Augusta de Moraes</p> |



A Psicologia tem um Conselho para você, e é Federal



Conselho
Federal de
Psicologia

O Conselho Federal de Psicologia - CFP - é uma autarquia de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujos objetivos, além de regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício profissional, como previsto na Lei 5766/1971, regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977, deve promover espaços de discussão sobre os grandes temas da Psicologia que levem à qualificação dos serviços profissionais prestados pela categoria à sociedade.

Órgão central do Sistema Conselhos, o CFP tem sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.